



# CAMPESINATO E AGROECOLOGIA: ESTUDO DE CASO DA REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA, NÚCLEO RECÔNCAVO – BAHIA

## PEASANTRY AND AGROECOLOGY: CASE STUDY OF THE POVOS DA MATA AGROECOLOGY NETWORK, NÚCLEO RECÔNCAVO - BAHIA

**Aline dos Santos Lima** – Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: [aline.lima@ifbaiano.edu.br](mailto:aline.lima@ifbaiano.edu.br)

**Rian Alves da Silva** – Pós Graduado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). E-mail: [rian.alves@hotmail.com](mailto:rian.alves@hotmail.com)

### RESUMO

Somos natureza, e dependemos dela para a reprodução da vida social. Entendendo a necessidade de valorização das produções que visem se inserir na natureza em vez de querer dominá-la. O presente trabalho propõe analisar as estratégias que os agricultores da Rede de Agroecologia Povos da Mata utilizam para manter seus modos de vida e produção no campo, resistindo com sua cultura, e com uma produção sustentável. Também buscamos filosofias do bem viver, nhandereko, e ubuntu, como formas para entender o modo de vida camponês, que caminha em outra frequência, diferente do modo de vida baseado no capital. Além disso, se abordou a estrutura e o funcionamento da Rede a partir do trabalho de campo, e também via questionário com agricultores que integram/coordenam a Rede. Podemos perceber como a Rede proporciona aos agricultores condições de bem viver e estar no campo hoje, com certificação de orgânicos, relações mais aprofundadas com a natureza, e uma produção de alimentos que é encarada como qualidade de vida pra si, e para o outro que adquire. Assim, podemos afirmar que dentro da Rede Povos, existem muitas experiências a serem multiplicadas no meio rural, se fazendo como um movimento de resistência camponesa no Estado da Bahia.

**Palavras-chave:** Natureza; modos de vida; sustentabilidade; certificação orgânica.

### ABSTRACT

We are nature, and we depend on it for the reproduction of social life. Understanding the need to value productions that aim to integrate into nature rather than trying to dominate it. This work proposes to analyze the strategies that farmers from the “Rede de Agroecologia Povos da Mata” use to maintain their ways of life and production in the field, resisting with their culture and with sustainable production. And also explore philosophies of good living, nhandereko, and ubuntu as ways to understand the peasant way of life, which operates at a different frequency from the capital-based way of life. Additionally, the structure and functioning of the “Rede Povos” were addressed through fieldwork and also via questionnaires with farmers who are part of or coordinate the network. We can see how the “Rede Povos” provides farmers with conditions for well-being and presence in the field today, with organic certification, deeper relationships with nature, and a food production approach that is seen as a quality of life for both oneself and others who acquire it. Thus, we can affirm that within the “Rede Povos”, there are many experiences to be multiplied in the rural environment, forming a peasant resistance movement in the state of Bahia.

**Keywords:** Nature; lifestyles; sustainability; organic certification.



Trilhas está licenciada sob a licença **Creative Commons Attribution 4.0 International License**.

## INTRODUÇÃO

O camponês se relaciona de uma forma muito particular com a terra, laços culturais e formas de produção estão tão próximos que por vezes não conseguimos separá-los. Essa forma de viver se entrelaça ao longo do tempo com a agroecologia, suas técnicas e sua relação com a natureza, a forma de trabalhar a terra, o compartilhamento, caminham em direções opostas aos padrões capitalistas de monoculturas típicas do agronegócio que visa somente o lucro e geram diversos problemas ambientais.

O modo de vida camponês, se contrapõe ao modo de produção capitalista, com uma outra cosmovisão, contudo se insere como classe social dentro do capitalismo, para conseguir se reproduzir.



Assim, buscamos a compreensão de outras alternativas para se pensar os modos de vida e produção como nas teorias do bem viver, *nhandereko*, e o *ubuntu*, tecendo reflexões sobre o campesinato, e também a agroecologia.

Diferenciamos aqui os conceitos de campesinato e agricultura familiar. Entendemos o campesinato como um modo de vida em que está ligada a terra não somente pelos laços familiares, mas também pelo seu modo de produção que extrai da natureza as riquezas necessárias para sua reprodução social, como podemos ver em Oliveira (2001), Desmarais (2013). Já a agricultura familiar, entendemos como uma categoria, criada na década de 1990, como nos diz Neves (2007), que busca impor aos moldes do capital estes sujeitos.

Neste contexto, temos à Rede de Agroecologia Povos da Mata, que se forma com a união de camponeses, no Estado da Bahia, que reproduzem seus modos de vida e produção baseados nas técnicas ancestrais de seus antepassados, e da agroecologia como ciência popular e, em rede, com vários nós pelo território baiano, vem nos últimos anos criando alternativas, com a certificação orgânica, para conseguir se posicionar no mercado capitalista e também comercializar seus produtos de forma justa.

O estudo apresentado realiza o recorte espacial, ao Núcleo Recôncavo, que abrange durante a pesquisa, os municípios de Aratuípe, Valença, Salvador, Mata de São João, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Milagres, Mutuípe, São Miguel das Matas, que se qualificam na produção rural através da agroecologia, produzindo e mantendo seu modo de vida.

Dessa forma, almejamos como objetivo geral, analisar as estratégias que os camponeses da Rede Povos utilizam para manter seus modos de vida e produção no campo, resistindo com sua cultura, e como a agroecologia e o campesinato se cruzam e caminham juntos.

Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: identificar e refletir sobre estratégias capazes de proporcionar que os camponeses possam se manter no campo, resistindo com sua cultura, modos de vida e de produção; elucidar sobre outras formas de se relacionar com a natureza, assim como fazem as filosofias do Bem Viver, *Nhandereko*, e do *Ubuntu*, que vai além do que o capital vê; discutir, se e como, a união dos camponeses trazem benefícios para produção e o escoamento\ venda de alimentos isentos de agrotóxicos; e assinalar experiências positivas que possam ser multiplicadas no meio rural.

Podemos verificar, como a Rede Povos se demonstra uma força do campesinato no território baiano, fazendo o entrelaçamento dos modos de vida camponeses, com a agroecologia, ao tempo que certifica os agricultores camponeses como produtores orgânicos, enquadrando-os conforme a lei no mercado de produtos limpos de venenos, mas não deixando a essência de ser camponês, dentro do sistema participativo de garantias.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada está baseada em Vianna (2013), tem caráter de uma pesquisa exploratória, buscando uma abordagem qualitativa na interpretação dos fenômenos, utilizando



do como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico, documental, e pesquisa de campo, com aplicação de questionários à 13 agricultores, um representante por família, pertencentes ao Núcleo Recôncavo da Rede Povos, posteriormente realizou-se uma análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Antes de entrarmos na discussão sobre as imbricações existentes entre os conceitos de camponato e agroecologia, entendemos também que os mesmos, trazem as relações e modos de vida, com suas culturas, tradições, filosofias de vida, relações com a natureza, e cosmovisões que fogem do modo de produção capitalista, na qual se prega um modo de vida acumulativo e consumista.

A ideia de nivelamento cultural, incutida pelo capitalismo tenta nos separar da natureza. Há a criação de um ambiente antropizado, como se fosse “artificializado”, que nos distancia da natureza, criando um limite entre a humanidade que vive nas cidades e a natureza, que é vista como recurso, e que está fora desse círculo humano. Vale ressaltar, também, que não estamos rejeitando a tecnologia, mas estamos questionando a forma como ela é usada pelo capital para destruição da natureza e da cultura camponesa.

Dessa forma, buscando entender essas inquietações Krenak (2020, p. 12; 14) questiona: “Somos mesmo humanidade?” e ainda diz: “Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?”. Assim, o autor nos provoca fazendo-nos pensar como estamos assumindo a nossa humanidade: nós como humanidade podemos nos afastar da natureza? Com todos os problemas sociais atuais, mais de 70% da humanidade, segundo o autor, vive em condições subumanas, sem acesso à água potável, comida e itens básicos de sobrevivência.

Assim, o pensar “no todo” é deixado de lado, já que a individualidade moderna nos faz esquecer que todos os seres devem caminhar de forma harmônica para o bem de toda a biosfera. Segundo Krenak 2020 “fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza” (p.16).

Nesse sentido, buscamos novas perspectivas para analisar formas mais saudáveis das relações humanas com a natureza, da qual somos parte. Buscando melhorar a qualidade de vida da população, levando em consideração antigos modos de vida de sociedades tradicionais como o Bem Viver, e o *Nhandereko* que vem de povos indígenas sul-americanos, e o Ubuntu, que vem dos povos Bantos do Sul da África, conforme veremos a seguir.

As relações projetadas à sociedade pelo modo de produção capitalista busca padronizar os modos de vida e definir o que comer, vestir, entreter e como conduzir as relações interpessoais. Ou seja, há um nivelamento e esquecimento das riquezas culturais geradas pelos diversos povos do mundo, que passam a ser vistos como sinônimos de atraso. Mas, há movimentos de resistência que podem ser qualificados como, por exemplo, o Bem Viver que traz outra cosmovisão, outra forma de enxergar



como nos relacionarmos com a natureza. Para Acosta (2016, p.14), o Bem Viver:

(...) é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, como o *tekoporã* dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* - 'eu sou porque nós somos'. Está no ecossocialismo, em busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou na *mika* andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé. Está na 'carta encíclica *laudato si*' o santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum.

Dentre essas filosofias, podemos citar no Brasil o conceito de *Nhandereko* ou *Teko Porã*, que segundo Takuá (2018, p. 6), é "um conceito filosófico, político, social e espiritual que expressa exatamente essa grande teia, onde vivemos em equilíbrio, respeito e harmonia; é a representação da boa maneira de ser e de viver". Trata-se de uma filosofia Guarani, que comunga com a filosofia do Bem Viver a qual é originária do "[...] Equador e Bolívia: no primeiro caso é *Buen Vivir* ou *Sumak Kaw-say*, em Kíchwá, e no segundo, *Vivir Bien* ou *Suma Qamanã*, em Aymara, além de aparecer também como *Nhandereko*, em guarani" (Acosta, 2016, p. 75).

Este modo de viver Guarani é passado através da oralidade. De acordo com Pereira (2019, p. 32), "*Nhandereko* se assemelha ao Bem Viver apresentado por Acosta, simbolizando o jeito guarani de ser e de viver, seus costumes, suas canções, sua religiosidade, suas histórias sendo transmitido de geração em geração." Assim, para Pereira (2019, p. 32)

O *Nhandereko* vai muito além do viver em comunidade, torna-se difícil colocar em palavras seu significado, pois abrange um viver que traz consigo um legado, legado esse que se perpetua há milhares de anos. Seria prudente estar vivendo e fazendo parte desse mundo cheio de significados e simbologias para poder compreender o *Nhandereko* de uma forma mais profunda.

Partindo para o continente Africano, principalmente nos países mais ao sul na África Subsaariana, o *ubuntu* [...] "é um conceito que expressa à filosofia de vida africana, originário dos povos Bantu" (Dju; Muraro, 2022, p. 242) trazendo para nós a ideia na qual, eu sou porque nós somos, um conceito de unidade cultural e comunitária e é no seio dessa unidade que se exercem as relações campesinas. Assim:

O caráter comunitário do *Ubuntu* nos mostra que o ser humano é relacional e interdependente, devido à sua sociabilidade natural. Por sociabilidade natural, concebemos as relações necessárias entre o indivíduo e a comunidade, as quais complementam um ao outro. Isso quer dizer que, sem essas relações, o indivíduo não se torna aquilo que é em termos de ser humano. É nessa complementaridade com a comunidade que o indivíduo realiza suas possibilidades, expressando sua individualidade na formação de sua personalidade. É importante realçar que, na comunidade, não se coloca ênfase na posse individual, isto é, no ter do indivíduo, mas em seu ser em relação, em comunhão com os outros (Dju; Muraro, 2022, p. 254).



O ubuntu nos é apresentado pelo seu caráter intimamente comunitário, mesmo estando do outro lado do Oceano Atlântico, comunga com os ideias do bem viver indígena sul-americano. O “[...] ubuntu se tornou foco de estudo de várias ciências, incluindo a educação, desde a década de 1990, justamente por ele ter sido acionado pelos sul-africanos no resgate da humanização diante da política de apartheid” (Dju; Muraro, 2022, p. 239).

Podemos assim afirmar, que em cada parte do mundo, existem culturas que sempre entenderam a necessidade de se viver em harmonia com a natureza, para se viver bem, com qualidade, e pensando nas gerações futuras, seja através do *Nhandereko* dos povos guarani, do bem viver dos povos *Kíchwa* ou *Aymara*, seja o ubuntu dos bantos, é o que hoje tentamos generalizar com o conceito de sustentabilidade. Mas, é importante registrar que a ideia de sustentabilidade, de certa forma, já foi apropriada pelo capital, no qual o transformou em “desenvolvimento sustentável”, como se fosse um apelido, uma nova roupagem para um conceito antigo. Assim, o conceito de desenvolvimento tenta abarcar o conceito de sustentabilidade para se reinventar. Contudo,

Colocamos sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos pela trilha do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O ‘desenvolvimento’, como toda a crença nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas (Acosta, 2016, p. 48).

Muitas palavras, para um mesmo significado. Necessita-se acumular, necessita-se crescer como forma de progresso, sair do lugar em que estamos e ir além, é o que quer o desenvolvimento, retirar o envolvimento, como se fosse uma capa, algo ruim que cercam as culturas mais “atrasadas” nivelando e sobrepondo o capital sobre todas elas.

Entender estes modos de pensar comunitário é entender a identidade, é tentar enxergar o mundo pelo campesinato em sua luta pela soberania alimentar. As expressões culturais, a coletividade no plantar, na troca, no ato de colher, na doação da colheita entre familiares e vizinhos, tudo isso é uma experiência a parte, que se distancia do lucro, do individualismo e da acumulação capitalista.

Tendo ciência de tudo isso, podemos discutir a importância que o campesinato exerce no campo, ao trazer consigo a cultura e todos os saberes que vêm sendo passados através da oralidade pelos seus antepassados, contribuindo para preservar toda diversidade que, por vezes, ainda nem compreendemos, ou não tivemos a sensibilidade para estudar - lá.

Há uma longa discussão sobre as raízes do campesinato brasileiro ou até mesmo sobre a sua real existência devido à forma como a distribuição de terras foi realizada no Brasil: extremamente desigual e excludente. Conforme observa Martins (1981, p. 35) *apud* Germani (2006, p. 125):



No processo formal de obtenção das sesmarias, o futuro sesmeiro ocupava a terra, abria sua fazenda e só então tinha a credencial para obter a concessão e legitimação da propriedade. O emprego útil da terra era a base da legitimação, mas não para todos. Se a ocupação era realizada pelo fazendeiro levava a legitimação através do título de sesmaria; mas não ocorria o mesmo com a ocupação dos trabalhadores livres ou dos mestiços, que dificilmente eram legitimados como sesmeiros. Como escreve Martins, esta desigualdade definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos.

Essa elitização da distribuição de terras através de sesmarias criou o fosso que existe até os dias de hoje sobre a posse de terras no país. Só recebia terras quem tivesse poder aquisitivo o suficiente para manter a propriedade e fazer dar lucros à coroa portuguesa. Trocas de favores, benefícios à nobreza, eram comuns. Os indígenas que praticavam sua agricultura e viviam seu modo de vida sustentável, assim como os povos das nações Africanas que aqui chegaram escravizados, foram taxados como primitivos, raças inferiores, perderam e foram negados o acesso a terra.

Para Germani (2006), as terras eram destinadas com exclusividade aos grandes latifúndios com as monoculturas de cana-de-açúcar e depois de café. Mas a produção de alimentos foi menos-prezada, sendo realizadas em pequenos espaços nos grandes latifúndios somente para subsistência. Contudo, com a formação dos primeiros centros urbanos, a procura por alimentos começou a crescer. O que antes era produção de subsistência passou a surgir um modo de vida em que ao mesmo tempo lutava para poder existir, ao tempo que atendia a demanda por alimentos dos centros urbanos. Assim, “[...] Foram às populações pobres do campo que, sustentando uma luta contínua contra os senhores da terra, abriram um precedente histórico que fez possível a existência, em bases estáveis, das unidades agrícolas menores, cultivadas pelos camponeses” (Germani, 2006, p. 136).

Contudo, mesmo entendendo que já vem a séculos sendo formado, a discussão sobre camponato só recentemente passou a ser debatido de fato no Brasil, como podemos ver em Marques 2008, na qual a mesma aponta que “o debate sobre o destino do camponato inicia-se o final do século XIX e ganha novo impulso nos anos de 1960 e 1970” (pg 49). Os camponeses, mesmo que esquecidos, lutam para manter seu modo de vida, esse esquecimento se dá de várias formas, uma delas é a construção de terminologias construídas para invisibilizar tais sujeitos. Uma dessas formas, é o termo “agricultor familiar” que surgiu de uma política capitalista neoliberal a partir da década de 1990.

Para Neves (2007), foi construída uma categoria socioprofissional baseados em referências a agricultores estadunidenses e europeus utilizando critérios como força de trabalho e do modo de gestão da produção social, chamados de *family farm* ou *family farmer*. Esses termos, portanto, passaram a influenciar a produção acadêmica e as políticas públicas aqui no Brasil, especialmente no contexto da década de 1990 com as políticas neoliberais do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, antes deste período o termo agricultura familiar não era conhecido no Brasil. Segundo Neves (2007, p. 219)



No início da década de 90, Maria Helena Rocha Antuniassi e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, professoras no contexto da realização da pesquisa, e vinculadas ao Departamento de Economia Rural da FCA/UNESP, Campus de Botucatu, realizaram um amplo levantamento dos títulos constitutivos da bibliografia sobre produção familiar na agricultura brasileira.

Este levantamento elencou 1.132 títulos, com os mais diversos termos, como: agricultor de baixa renda, agricultura de subsistência, mão-de-obra familiar, pequenos produtores, posseiros, arrendatários, proprietário rural, trabalhadores rurais, dentre muitos outros. Contudo, “nesse contexto nacional de produção acadêmica em torno das atividades agropecuárias e seus respectivos agentes, não há referência ao termo ‘*agricultura familiar*’” (Neves, 2007, p. 221).

Podemos concluir que uma família com renda o suficiente para financiar ou comprar maquinários como tratores, plantadeiras e colheitadeiras, mecanizando e produzindo monoculturas com vários hectares de terras, são chamados de agricultores familiares, mas podemos chamá-los de camponeses?

Dessa forma ao analisar o sujeito camponês, não faz sentido usar a denominação agricultor familiar, para um modo de vida que vem sendo formado ao longo dos séculos. Para Camacho (2014, p. 296), ao falar sobre a diferenciação entre camponês e agricultor familiar “existem aqueles que conseguem integrarem-se plenamente às estruturas nacionais de mercado. Neste caso, é quando ocorre a metamorfose de camponês para agricultor familiar”. Assim, tamanho é as diferenciações entre camponês e agricultura familiar, podemos dizer que seria um erro reduzi-los em um só.

Para Oliveira (2001, p. 185) “[...] deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória.” O capital se baseia na mais-valia, que se dá pela exploração do trabalho, essa lógica não é comungada pelo trabalho realizado pelas comunidades tradicionais a qual se inclui o camponês e suas pluralidades, comunidades quilombolas ou indígenas.

Bombardi (2003) propõe uma explicação para o entendimento da realidade camponesa, que se dão essencialmente nos processos das relações sociais no território. A autora cita três questões fundamentais: a primeira delas está no âmbito econômico, pois o objetivo camponês não é a mais-valia; a segunda questão está no plano político, na luta camponesa pela terra que é um problema sério no Brasil; e a terceira questão está na ordem moral, diferente da ordem imposta pela sociedade de mercado.

Ao narrar algumas histórias nas idas e vindas entre reuniões, congressos e eventos da Via Campesina, Desmarais (2013, p. 19) relata o que ouviu de um líder camponês do México enquanto viajavam: “um camponês vem do campo. Sempre houve camponeses. O que não existia antes eram investidores, industriais, partidos políticos etc. Camponeses sempre existiram e sempre existirão. Nunca serão eliminados”.

Dessa forma, compreendemos o camponês com todas as suas complexidades, enxergando toda sua importância para manutenção da agrobiodiversidade, seu papel político na luta pelo seu modo de vida e pela soberania alimentar.

Ao pensarmos hoje sobre modos de se produzir no meio rural, valorizando saberes e técnicas



ancestrais em sintonia com a natureza e aplicando conhecimentos de novas técnicas científicas, estamos pensando em agroecologia. Assim, a agroecologia busca abarcar todos os saberes culturais que trazem consigo técnicas seculares de aperfeiçoamento de cultivos e modos de criação de animais que vem sendo experienciadas no cotidiano camponês. Para Assis e Romeiro (p. 68, 2002):

A agroecologia é uma ciência desenvolvida a partir da década de 1970, como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920. Surge como resposta aos críticos destes movimentos por uma nova agricultura integrada ao meio ambiente, que os definiam como uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura.

O período histórico do surgimento da agroecologia coincide com o período de surgimento do retorno das discussões sobre campesinato, assim como nos diz Marques 2008. O que Assis e Romeiro (2002) trazem é uma crítica feita principalmente pelos setores da agricultura que acreditam que somente pela tecnificação e industrialização no campo, como maquinários e insumos químicos, é que se terá uma produção satisfatória, descartando qualquer conhecimento que os camponeses tenham sobre produção. Um ledro engano, ao pensar que existem tipos de solos, tipos de clima, variedades de plantas, que são descartados por não se enquadrar nos moldes da produção de monoculturas realizadas pela inserção do capital no campo. A questão não é tentar retornar a uma produção primitiva, e sim considerar toda a bagagem empírica de quem já está trabalhando na terra há gerações.

Dessa forma, a agroecologia busca criar sistemas agrícolas que sejam “culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (Altieri, 1987 *apud* Altieri, 2004, p. 21). Essa relação é intrínseca ao campesinato. A relação do camponês com a terra, as alianças culturais emaranhadas à sua forma de vida e ligadas com o meio que o rodeia, se traduz com uma forma de produção que visa entender a natureza, as relações entre espécies de plantas e animais.

A agroecologia, portanto, caminha em outras trilhas, se comparada à lógica capitalista de mercado. Esta última quer impor o modelo agrícola de monocultivos que vemos hoje em larga escala a partir do chamado agronegócio e que se baseia no latifúndio com concentração de renda e terras e no uso indiscriminado de agrotóxicos. Contudo, o agronegócio não consegue produzir mais e com melhor qualidade, como nos é imposto. Na verdade, esse discurso de produtividade é propagado para manter a hegemonia das grandes empresas de insumos agrícolas e a venda de seus produtos no campo.

Mas, o que se nota é que a uniformidade das plantações só vêm a trazer problemas como pragas super-resistentes e uso cada vez mais de agrotóxicos para tentar conter. Essa forma de produção, para Shiva (2003, p. 19), é chamado de Monoculturas da Mente, na qual “A diversidade, enquanto maneira de pensar enquanto maneira de viver é necessária para superar o empobrecimento gerado pelas monoculturas mentais.” Tudo é nivelado, padronizado, como um instrumento de dominação das elites.

A agroecologia busca replicar processos naturais para imitar o que a natureza já faz a milhões de anos. Ela propõe a ciclagem de elementos. Assim, os nutrientes ficam no ambiente, saem das



plantas através do manejo e se reincorporam ao solo com a ajuda dos microorganismos e fungos que realizam a compostagem. Por isso, para Primavessi (1997, p. 12):

Todos os ecossistemas são conjuntos de ciclos: da vida, do solo, dos minerais, da água, da energia... e através do sol, nossa fonte de energia e base de toda a vida terrestre, nossos ciclos ligam-se ao cosmo.

Os povos antigos sabiam disso. Sua maior preocupação era a de manter estes ciclos funcionando, não os quebrando e captando as influências benéficas do cosmo. Através das formas materiais agem energias que dão às coisas suas verdadeiras propriedades e que dependem da harmonia com o universo.

A agroecologia luta para superar a dependência de produtos químicos e das técnicas predatórias de uso do solo. Em outras palavras, ela abre caminho para redescobrir como manusear a terra seguindo os parâmetros da própria natureza. Assim, a agroecologia propaga o manejo sustentável de todos os organismos vivos dentro do sistema num ambiente sadio, pois cada ser tem uma função, seja nas folhas das plantas, no solo, no ar. Portanto, busca-se um equilíbrio.

Assim, entendemos a importância da cultura camponesa dentro campo, produzindo alimentos de qualidade, com seu modo de interagir com o meio ambiente. Entendemos suas lutas pela sobrevivência para perpetuar um modo de vida sustentável e de conviver multiplicando a biodiversidade.

A Rede Povos une agricultores com interesses comuns em grupos, formando uma teia que organiza a produção e a distribuição de alimentos sem veneno produzidos no campo, agregando valor, unindo produção com o consumo consciente, estabelecendo relações éticas e solidárias. Segundo dados da Rede Povos, ela foi criada:

Em 2015, aconteceu o I Encontro da Rede de Agroecologia Povos da Mata para a estruturação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Esse organismo foi criado, a partir da integração de organizações e associações da agricultura familiar, quilombola, indígena e da reforma agrária que tem na promoção da Agroecologia seu objetivo principal. A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa é o OPAC da Rede de Agroecologia Povos da Mata e é credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, desde agosto de 2016 (Rede de Agroecologia Povos da Mata, 2022).

Para legitimar essa produção e garantir aos consumidores a qualidade dos produtos, foi criada a Certificação de Conformidade Orgânica. Para isto, foi montando um organismo certificador de produtos orgânicos, através do Sistema Participativo de Garantias (SPG) que concede a certificação através de um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). É um sistema mais justo, pois diminui muito os custos, uma vez que não precisa pagar por uma empresa certificadora, e tudo é feito pelos próprios agricultores, sob permissão e observação do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

Para que o SPG se torne realidade é fundamental que haja parceria entre os agricultores com o apoio mútuo entre os envolvidos. Como o SPG está calcado nas visitas entre os pares que se mo-



nitoram para verificar se ambos estão seguindo a normativa dos orgânicos, estas visitas se tornam um grande laboratório, com trocas de experiências, técnicas de cultivos, e de sementes, ajudando a preservar a cultura camponesa.

Segundo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em maio de 2024, a Bahia possui 1.542 pessoas certificadas como orgânicos, sendo que a Rede de Agroecologia Povos da Mata é a maior certificadora do Estado da Bahia, pois 1.111 pessoas (72%) são certificadas pela OPAC da Rede Povos e somente 431 pessoas (28%) são certificadas através de outras certificadoras.

A Rede Povos se organiza por meio de divisões regionais que são chamadas de núcleos que, por sua vez, estão divididos em grupos de agricultores camponeses que vivem geograficamente próximos. Atualmente, a Rede Povos é formada por sete núcleos, e cinco pré-núcleos que é um estágio para formação de um novo núcleo. Durante o período da pesquisa, foram identificados 7 núcleos, sendo: Monte Pascoal, Pólo Verde, Pratigi, Raízes do Sertão, Recôncavo, Serra Grande, Sertão do São Francisco, e também 5 pré-núcleos, uma formação anterior a constituição de um novo núcleo, que são: Chapada Norte, Monte Santo, Sementes da Chapada, Semente Viva.

Os núcleos e pré-núcleos correspondem a 604 unidades produtivas e 22 agroindústrias ativas segundo dados da Rede Povos. Dentre os 12 núcleos/pré-núcleos, destacamos o Núcleo Recôncavo como recorte espacial da pesquisa, que durante a pesquisa contava com 9 municípios distribuídos por 4 Territórios de Identidade, envolvendo 5 grupos com 13 famílias, sendo: Aratuípe, Valença, Salvador, Mata de São João, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Milagres, Mutuípe, São Miguel das Matas.

A criação e o funcionamento da Rede Povos é um exemplo de como se pensar e executar ações para uma produção de alimento saudável e com respeito aos agricultores familiares camponeses e aos consumidores, pois as decisões partem da horizontalidade e das realidades e pluralidades dos indivíduos. Tudo é pensado a partir do que é vivido e culturalmente apreendido pelos envolvidos. Muito diferente de algumas políticas públicas que são engessadas e impostas de “cima para baixo”, sem a participação dos envolvidos no processo de construção.

Como já sinalizado aplicamos o questionário com 13 agricultores camponeses que integram a Rede de Agroecologia Povos da Mata do Núcleo Recôncavo, sendo 4 mulheres, 31% e 9 homens, 69%, sendo um representante de cada unidade familiar. Quanto à idade, podemos verificar que varia entre 30 a 68 anos.

Pode-se dizer que há uma boa taxa de escolaridade, na qual somente 2 entrevistados (15%) disseram possuir somente o “primeiro grau” como eles mesmos denominaram, etapa que corresponde ao ensino fundamental. Os demais, 2 (15%) concluíram o ensino médio, 5 (39%) concluíram o ensino superior, 1 (8%) não concluíram o ensino superior, 2 (15%) alcançaram um curso de pós-graduação, e 1 (8%) não respondeu.

Ao se perguntar como este sujeito se identifica quanto ao meio rural, grande maioria, 11 (84%), se declarou como “agricultor familiar”, 1 (8%) como “agricultor agroecológico”, e 1 (8%) como “agroecologista”.

Entre os agricultores, 10 (77%) disseram que tem terras próprias para cultivo; mas também



houve a presença dos que não possuem terras próprias, que somam 1 (7%), no entanto, estes últimos, utilizam a terra da família para cultivo; e há, os que tem terras próprias, somando 1 (8%), mas que utiliza terra arrendada para cultivo; e por fim, 1 (8%) que não possui terras.

Quanto ao tamanho a maioria dos agricultores tem terras muito pequenas, algumas até ficando abaixo de 1 hectare, sendo: 0,1; 0,47; 0,47; 1; 2; 2,5; 3; 8; 48; 65; 70; 90, valores descritos em hectares. Contudo, também podemos observar 4 propriedades maiores que variam de 48 á 90 hectares.

Foi perguntado o que é cultivado e o que é vendido. Assim, contabilizamos cultivado um número considerável de 96 produtos plantados e produzidos nas lavouras dos camponeses. E um total de 79 produtos que são plantados para comercialização. Esta diferença demonstra que nem tudo é comercializado, e sim plantado para o próprio consumo, isso é soberania alimentar.

Sobre a comercialização dos produtos, a forma mais citada foi à venda nas feiras livres. Isso demonstra a importância que a feira tem para a reprodução da vida camponesa, é um espaço aberto e democrático nos quais muitos produtores podem levar seus produtos. Também surge a venda direta ao consumidor final com as entregas em domicílio, como uma das formas mais citadas de venda. Temos também a comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras formas de comercialização como venda para agroindústria própria; em comércio próprio; supermercados, restaurantes, cooperativas.

Quando perguntado sobre o acesso a linha de crédito, para apoio da produção, 6 entrevistados (46%) disseram que nunca fizeram nenhum tipo de empréstimo para produção, 3 entrevistados (23%) disseram que já utilizaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 2 entrevistados (15%) acessaram linhas de crédito do Banco do Nordeste, 1 entrevistado (8%) acessou linha de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), e 1 entrevistado (8%) acessou linha de crédito da Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (Desenbahia).

Ao perguntar sobre o apoio da Rede Povos sobre sua produção e venda, muitos camponeses acreditam que o apoio maior é a troca de informações que ocorre, por exemplo, nas visitas de pares e de olhar externo, feitas pelos parceiros da Rede Povos, quando se aborda sobre modos para produzir, orientação e treinamentos, feitas a partir de capacitações, e também divulgação e exposição dos produtos. Outros, acreditam que não há apoio. Lembrando que o Núcleo Recôncavo só agora conseguiu a contratação de um técnico para dar suporte aos camponeses, que se faz como uma das formas de apoio direto da Rede Povos.

Foi também citado o movimento chamado “circuito”, que é uma rota feita com um caminhão que leva e traz produtos de um núcleo para outro e, também, de um agricultor para outro com o intuito de realizar venda e compras de produtos. Assim, cada camponês pode realizar a venda, ou compra, de produtos. Dessa forma, o caminhão circula levando e trazendo alimentos orgânicos, de qualidade, além de fazer movimentar a economia, contribui com a soberania alimentar. Contudo, por problemas na execução, esse circuito parou de funcionar, mas já há uma movimentação para que volte a funcionar, segundo informações dos coordenadores. Este movimento se faz muito importante sendo citado como exemplo por vários agricultores.



Um dos pontos marcantes do campesinato é a partilha. A vivência em comunidade leva ao compartilhamento tanto de atividades, quanto de materiais e produtos. Perguntamos sobre as trocas realizadas dentre os familiares e a comunidade, foi falado muito sobre sementes como também o compartilhar produtos que se tem de “fartura” nos quintais, contabilizamos 31 produtos trocados.

Também no sentido de entender a dinâmica dos indivíduos dentro da comunidade, foi perguntado se há interação, e quais atividades são realizadas juntas. Alguns agricultores disseram que não realizam nenhuma ação em comunidade, o que demonstra que vem se perdendo a cultura do apoio dos indivíduos. Outra parte disse que realiza atividades como associações comunitárias e também com mutirões nas roças dos vizinhos, o que demonstra a cultura campesina ainda em atuação nestas comunidades.

Quando perguntado sobre o seu entendimento sobre agroecologia, os entrevistados demonstraram bastante familiaridade com o tema, demonstrando uma boa consciência sobre o “ser agroecologia” pois muito além de praticar as técnicas, acaba por se integrar como modo de vida, assim como muitos entrevistados consideram.

Ao perguntar sobre quais os princípios da agroecologia mais usados no dia a dia da lida diária, surgem diversas técnicas conservacionistas e de proteção ao meio ambiente. Percebe-se os agricultores não só utilizam os princípios para a melhoria da lavoura, mas usam com uma visão ambiental, que vai além da plantação, como sustentabilidade, interação com a natureza, preservação, proteção de nascentes, relações pessoais, demonstrando “ser natureza” e não só estar sobre a terra utilizando-a como “recurso” assim como é vista em teorias desenvolvimentistas do agro-capital.

Foi perguntado sobre o seu entendimento sobre produção orgânica, os mesmos definiram muito bem, lembram muito bem que antes da certificação a pessoa deve se educar, para só após receber o certificado, e que este certificado é para dar segurança aos consumidores com todos os critérios da legislação que garantem a produção limpa.

Foi questionado para os agricultores sobre seu entendimento quanto ao campesinato, muitos entrevistados disseram não conhecer o termo, e os que responderam, associaram a pessoas que vivem da terra, produção de subsistência e ou movimentos sociais no campo, mas não souberam explicar os motivos citados.

Foi perguntado sobre a importância da Rede Povos para sua produção, e podemos ver muito sobre troca de experiências, aperfeiçoamento, capacitação, organização, como também produção de alimentos saudáveis, construir um mundo melhor.

Quando perguntado sobre a atuação da Rede Povos em sua comunidade, houve muitas respostas negativas, sobre a não atuação, mas foi também falado da falta de receptividade das pessoas em ingressar em sistemas orgânicos, pelas exigências da lei.

Por fim, deixamos para indagar por último, sobre as vantagens em participar da Rede Povos, o que acreditamos que leva a se produzir alimentos de qualidade, sem veneno, respeitando e se fazendo natureza, com relações sociais mais justas, tudo isso pra se chegar à qualidade de vida. Muito além da busca “desenvolvimentista” do capital para o crescimento econômico, temos o bem viver com a



harmonia dos seres, a busca de uma vida melhor, de mais saúde, e de mais ubuntu.

Pesando assim, alguns entrevistados citaram ações como: ser uma pessoa melhor; grandes amigos; melhorias para o planeta; consciência alimentar; consumo de alimentos de qualidade; engajamento social; foram alguns pontos utilizados pelos entrevistados, para demonstrar o aumento da qualidade de vida ao entrar para Rede Povos, estando em comunhão e em rede, com pessoas que buscam objetivos afins, acreditando que é possível viver, produzir, e consumir alimentos e ideias de viver melhor, em coisas subjetivas, e não só em números econômicos como aumento da renda, ou poder de compra.

Tudo que foi exposto contribui para mostrar que, para o campesino, muito além de pensar em si mesmo, é pensar no outro, isso é ubuntu! Não buscamos aqui o idílico, ou a utopia, mas acreditar que é possível viver, produzir, e consumir alimentos e ideias de viver melhor, o que hoje em um mundo globalizado e padronizado, nos faz querer acreditar no contrário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias filosofias, como o Bem Viver, o *Nhandereko*, o Ubuntu, em diversas partes do mundo, nos fazendo entender o modo de viver e pensar campesino, que é comunitário, solidário, e integrado a natureza. Pode-se dizer que os campesinos com sua cultura, sustentada há tantos séculos em meio a lutas constantes, e com agroecologia que surge então como uma ferramenta de resgate de técnicas, e modos de produção campesinos, tudo isso, criaram diversidade na produção do campo, sempre com respeito e se integrando à natureza.

Dessa forma, podemos identificar que as estratégias em que a Rede Povos tem em capacitar os camponeses e certificá-los com o selo de produtores orgânicos, ao tempo em que, unidos em rede gera ubuntu, gera compartilhamentos de produtos e, principalmente de ideias e de técnicas. Ou seja, são modelos que podem ser utilizados para todos os camponeses, que sozinhos sofrem com escoamento da sua produção, e com a pressão do capital para abandonar seu modo de vida.

A produção camponesa não é só de subsistência, e pode sim, produzir alimentos de qualidade e em abundância, e não falamos aqui em abundância somente em quantidade, como pensa o capital, mas em diversidade, em nutrientes, em soberania alimentar, e alimentos livres de venenos. O que a Rede Povos realiza hoje é exemplo que pode e deve ser multiplicado em mais redes, em mais elos dessa teia camponesa.

Pensando nesse contexto de comunhão e rede, percebemos como as relações dos campesinos da Rede Povos, entre indivíduos, e entre estes e a natureza, se fazem mais fortes, assim como nos dizem o Bem Viver, o *Nhandereko*, e o Ubuntu, são criadas outras relações que vão além do acúmulo do capital.

Um fato que podemos perceber, é que entre os entrevistados, nenhum se considera campesino, e sim agricultores familiares, percebemos como este termo conseguiu se inserir no campo, e perpassa pelos agricultores, o que pode ser dar por causa da pouca articulação e discussões políticas dentro da Rede Povos, já que muitos movimentos sociais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores



Rurais Sem Terra - MST, em seus discursos, se posicionam como camponeses. Contudo, devido a todo o trabalho desenvolvido, e visualizando em campo os processos e modos de vida dos agricultores da Rede Povos, podemos dizer que sim, é uma rede camponesa.

Assim, podemos afirmar que dentro da Rede Povos, existem muitas experiências a serem multiplicadas no meio rural, a exemplo das capacitações para os camponeses, a certificação orgânica, as relações sociais criadas, não só entre os agricultores, mas também levando aos seus consumidores.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Ta-deu Breda. São Paulo, Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

ASSIS, Renato L.; ROMEIRO, Ademar R. **Agroecologia e agricultura orgânica**: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de camponato e agricultura familiar. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [s.l], v. 7, n. 2, p. 107-117, 2003.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado - Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus Presidente Prudente, 806 p. 2014.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A via camponesa**: a globalização e o poder do camponato. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1 ed. São Paulo: Cultura acadêmica. Expressão Popular, 2013.

DJU, Antonio Oliveira. MURARO, Darcísio Natal. Ubuntu como modo de vida: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, Edição Especial, p. 239-264, 2022.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, pg. 115-147. 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, 2ª Edição. Companhia das Letras, 2020.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e camponato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: **Camponato e territórios em disputa**, PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (organizadores). 1.ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, USP, 15 (43), 185-206, 2001.

PEREIRA, Renata da Silva Gerhardt. **Interação ambiental como resistência e emancipação, com base no nhandereko (bienvivir) Mbya Guarani**. Dissertação (Mestrado em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos/PR, 121 p. 2019.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. Editora Nobel, São Paulo, 1997.

REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA. Disponível em: <<https://povosdamata.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2022

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

TAKUÁ, Cristine. Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio. **Rebento**, São Paulo, n. 9, p. 5-8, dezembro 2018.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Classificação das Pesquisas Científicas: Notas para os alunos**. Florianópolis, 2013, 2p. Disponível em: <https://www.slideshare.net/MarleteOuteiro/my-classificacaodostipos-depesquisaquadroresumov05140326083743phpapp02-176494604>. Acesso em: 29 dez. 2022.

**Recebido em:** 26/08/2024

**Aceito:** 19/11/2024

**Publicado em:** 20/12/2024